

ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA

Ata n.º 037/07

1
2
3
4
5 Aos quatorze dias do mês de novembro de dois mil e sete, às quatorze horas e quatorze minutos,
6 pelos fundamentos constantes das inclusas notas taquigráficas que integram a presente Ata,
7 reuniram-se para Assembléia Ordinária na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do
8 Adolescente do Município de Porto Alegre, sito Travessa Francisco Leonardo Truda, n.º 40, 14.º
9 andar – Centro de Porto Alegre, sob coordenação da Presidente Leci Soares Matos –
10 ACCAT/Associação Comunitária Campo da Tuca, e na presença dos **CONSELHEIROS DA**
11 **SOCIEDADE CIVIL:** Leci Soares Matos – ACCAT – Associação Comunitária Campo da
12 Tuca; Lino Morsh – Casa de Nazaré – Centro de Apoio ao Menor; Eveline Borges Streck –
13 CRSJB – Educandário São João Batista; Eulina Antunes – Instituição de Educação Infantil
14 Maria de Nazaré; Fátima Regina Leite Cruz – OSICON – Obra Social Imaculado Coração de
15 Maria; Maria Leonice D. da Silva – AEPPA – Associação Educadores Populares de Porto
16 Alegre; Elisabete Bortoluzzi – CEPA – Comunidade Evangélica de Porto Alegre; Lísia Renata
17 Beck – Fundação Fé e Alegria do Brasil; Ana Cristina L. de Algorta e Alice D. Bittencourt –
18 Instituto Amigos de Lucas; Rosane Passos da Silva – USBEE – União Sul Brasileira de
19 Educação e Ensino. **CONSELHEIROS DO GOVERNO:** Fernanda Kerbes – Câmara de
20 Vereadores de Porto Alegre; Carlos Fernando S. Filho e Ariadne Tupy-Assu – SMCPGL –
21 Secretaria Municipal de Coordenação, Política e Governança Local; Gilberto V. Hügel Lisboa e
22 Ana Carolina Svirski – FASC – Secretaria Municipal de Juventude; Júlio Fontoura – Secretaria
23 Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana. **FALTAS JUSTIFICADAS:** Luciane
24 Escouto – USBEE – União Sul Brasileira de Educação e Ensino. Liane T. Scalabrini e Dalva
25 Franco – Assessorias Institucional e Executiva do CMDCA. **Pauta: 1 – Leitura da Planilha da**
26 **Plenária Anterior e Solicitação de Complementação de Ata; 2 – Debates e Deliberações:**
27 **Comissões, Finanças, Políticas e Reordenamento; 3 – Informes.** Após assinatura da lista de
28 presenças, a Sra. Leci Soares Matos deu início aos trabalhos. **2 – Debates e Deliberações:**
29 **Comissões, Finanças, Políticas e Reordenamento; 3 – Informes.** **Sra. Maria Leonice D. da**
30 **Silva:** Presidente, eu estou devolvendo aquele processo em que eu pedi vista na semana passada. É
31 assim: “Avaliação da execução do projeto de manutenção e qualificação do Lar Santo Antônio junto
32 ao FUNCRIANÇA”; só que não tem projeto. Eu gostaria de ter o projeto. Eu pedi ontem e não tem
33 o projeto. O projeto é este ofício dizendo, mais um papel aqui, pedindo para captar R\$ 1.250.000,00
34 (Um milhão, duzentos e cinquenta mil reais). **Sra. Elisabete Bortoluzzi:** Se for renovação deve
35 estar arquivado aí desde o ano passado. **Sra. Dalva Franco:** É de 2003, aqui está: “Comissão de
36 Finanças: prorrogação de prazo, Resolução n.º 100/2003, em 07 e novembro de 2007”. **Sra. Eulina**
37 **Antunes:** Está aqui, o certificado dele é válido até o dia 22 de novembro. **Sra. Elisabete**
38 **Bortoluzzi:** Então, é pedido de renovação. **Sra. Eulina Antunes:** A Resolução n.º 100 é de 2003, o
39 pedido deles é de novembro do ano passado até novembro deste ano, está se encerrando o prazo e
40 eles estão pedindo a renovação. Eles entraram dia 05 de novembro. **Sra. Presidente:** Então, tem
41 projeto. **Sra. Eulina Antunes:** Tem. Esse projeto está no Fundo, nós vimos, passou pela Comissão
42 de Finanças. O que a Comissão de Finanças faz? A primeira coisa é ver a prestação de contas, vai
43 no Fundo ver a situação da instituição. Se não há problema nenhum, as prestações estão em dia,
44 quando não tem o certificado a gente vai ao computador e pede para ele, como tem acontecido. O
45 Luiz Henrique dá uma cópia e se vê a situação da instituição, se ela está toda legalizada, junto com
46 o projeto e a documentação, aí vai adiante. Como é uma renovação não há necessidade, aqui veio só
47 a avaliação no grosso, como foi feito o projeto. **Sra. Maria Leonice D. da Silva:** Mas aqui não tem,
48 é um projeto de qualificação e ponto. **Sra. Eulina Antunes:** Porque isso é uma renovação, o projeto

49 está aqui. **Sra. Maria Leonice D. da Silva:** De novo eu estou dizendo, para mim está tranqüilo,
50 deve estar, eu estou dizendo que não consegui acessar e gostaria de ver. Não adianta a pessoa vir-me
51 despejar um monte de prestações de contas, eu não estou falando de prestação de contas, de
52 números, eu quero o projeto. É só isso que eu quero. **Sra. Eulina Antunes:** O projeto passou pela
53 comissão e estava unto com o catatau todo, o processo todo. **Sra. Presidente:** É que tem um
54 processo, por isso vira o catatau. **Sra. Maria Leonice D. da Silva:** Eu sei, eu acho que não tem
55 nenhum problema, Leci. A única coisa que eu estou pedindo é o projeto, pronto. Números são
56 números, eu não tenho que mexer nisso ou aquilo, eu quero ver só o projeto. **Sra. Presidente:** Tudo
57 bem. O próximo, então, Nice. Só para comunicar, nós abrimos a reunião às 14 horas e 14 minutos.
58 **Sra. Maria Leonice D. da Silva:** Este é aquele projeto da Kinder, que está voltando, e o pedido de
59 renovação de captação. É outra questão bem interessante, porque isto que está me chamando
60 atenção, eles até têm um aporte bastante interessante na questão de pessoal, de manutenção; mas tu
61 não tens a especificação do programa também. É a mesma Entidade que está reivindicando os
62 recursos de dois mil e alguma coisa. **Sra. Presidente:** Já apresente a questão que foi parar na sala da
63 Executiva, na reunião da Executiva a questão da solicitação deles de R\$ 18.000,00 (dezoito mil
64 reais), que já veio o ano passado e que ela tem recebido. **Sra. Maria Leonice D. da Silva:** Aqui tem
65 a alegação de que haveria uma pendência de valor de repasse de R\$ 18.090,00 (Dezoito mil e
66 noventa reais). No ano passado a Entidade foi contemplada com o edital e este ao vai ser
67 contemplada com R\$ 24.000,00 (Vinte quatro mil reais). Então, na verdade, eu acho que não tem
68 lógica, nós deliberamos na Executiva que não seria favorável a mais essa liberação. **Sra.**
69 **Presidente:** Qual o total que ela tem que recebido por ano? São quinhentos e poucos mil, não é
70 isso? **Sra. Maria Leonice D. da Silva:** Sim. Só do FUNCRIANÇA veio esse de janeiro a junho, no
71 primeiro semestre, foi repassado R\$ 206.977,00 (Duzentos e seis mil, novecentos e setenta e sete
72 reais). No convênio federal com a FASC: R\$ 55.000,00 (Cinqüenta e cinco mil reais); no convênio
73 com a SMED: R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais); de doações de pessoas físicas: R\$
74 36.000,00 (Trinta e seis mil reais); de doações de pessoas jurídicas: R\$ 235.461,00 (Duzentos e
75 trinta cinco mil, quatrocentos e sessenta e um reais); Nota Solidária: R\$ 12.988,00 (Doze mil,
76 novecentos e oitenta e oito reais); aplicação financeira: R\$ 3.781,00 (Três mil, setecentos e oitenta e
77 um reais). Na verdade, essa Entidade está contemplada. **Sra. Presidente:** Então, em cima desse
78 projeto, a questão da Kinder, esses R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) que ela reivindica, é de 2005, já
79 teve um pedido no final do ano, para a outra gestão, foi na época que esse recurso já foi repassado
80 via edital. A Kinder foi contemplada no edital de dezembro de 2006, com um valor, não me lembro
81 exatamente o valor, e agora vai ser contemplada com R\$ 24.000,00 (Vinte quatro mil reais). É um
82 valor a mais, inclusive, que ela está reivindicando. Pelo montante que ela recebe pelo Fundo, que é
83 isenta, esse recurso já está dentro do edital. Nós tivemos esse entendimento e trouxemos para a
84 Plenária. Então, a Entidade está recebendo, esse recurso que é de 2005, automaticamente, foi botado
85 no edital, ela já recebeu em 2006 e está entrando de novo no edital mais um valor, tendo peso oito.
86 Então, é uma das Entidades que mais vai receber. Até com aquela medida, que é abrigos e PCDs,
87 que tem peso oito, então, estará recebendo oito vezes mais do que as outras. Então, a proposta da
88 Executiva, que veio via Presidente, mas primeiro parou na Comissão de Finanças, a Executiva
89 entendeu dessa forma. Então, tem que fazer um esclarecimento para a Entidade, mandar um ofício
90 que ela está recebendo a mais dos R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), além do que ela tem recebido
91 pelo Fundo, do montante que ela está recebendo é o nosso edital para trezentas e poucas Entidades.
92 Então, a proposta é essa. Em processo de votação, quem está de acordo com a Executiva levante a
93 mão. **Sra. Ana Carolina Svirski:** Eu não entendi. Eu entendi quando tu disseste que estaria
94 contemplado nesse valor, só não entendi porque ela está pleiteando esses dezoito, que é um recurso
95 antigo. O que aconteceu que ela não recebeu? **Sra. Maria Leonice D. da Silva:** Esse recurso foi
96 para o Fundo, o Pastorini pode melhor esclarecer. A cada final de ano todo aquele recurso que vai
97 ficar no fundo é rateando. Então, esse recurso não existe mais. Já havia sido informado a essa

98 Entidade, na antiga gestão, que já tinha sido indeferido. Embora indeferido no ano passado essa
99 solicitação, que já tinha expirado o prazo, ainda sim a Entidade foi contemplada no edital de final de
100 ano. Este ano, independente disso, a Entidade foi beneficiada com esses R\$ 207.000,00 (Duzentos e
101 sete mil reais) e vai ser beneficiada agora com o edital, com mais R\$ 24.000,00 (Vinte quatro mil
102 reais), que dá um total de R\$ 230.000,00 (Duzentos e trinta mil reais) para essa Entidade, via Fundo.
103 Então, diante disso, a Executiva entendeu que seria injusto crescer, porque ela ainda teria um *plus*
104 a mais, diferentemente de outras Entidades com situação muito mais difícil. **Sra. Presidente:** Até
105 porque entendemos que recebendo esse valor, via Fundo, que é um recurso público, ela nem poderia
106 entrar em edital, porque ela está recebendo muito além das outras. **Sra. Liane Scalabrini:** É que
107 cada vez que a Entidade não retira dentro do prazo hábil que foi contemplada ela perde. Por
108 exemplo, se essa fosse contemplada, tem outras Entidades que perderem também os prazos, que foi
109 para o Fundo. Então, por uma questão de justiça a gente teria que rever como um todo. **Sra. Ana**
110 **Carolina Svirski:** Agora eu entendi o que é, foi um recurso que eles não pegaram em tempo hábil.
111 **Sra. Presidente:** E ela vem recebido mensalmente, inclusive, um valor bem alto. **Sra. Maria**
112 **Leonice D. da Silva:** Agora, parece que no início do mês, antes do edital, foi repassado R\$
113 55.000,00 (Cinquenta e cinco mil reais) para a Entidade. Então, não é uma Entidade que está
114 desassistida. **Sra. Presidente:** Podemos proceder a votação? Então, em processo de votação, quem
115 está de acordo com a posição da Executiva, por favor, levante a mão. Quem é contra a posição?
116 Quem se abstém? Dez a favor, duas abstenções. Aprovada a posição da Executiva. **Sra. Eulina**
117 **Antunes:** A Comissão de Finanças tem aqui, é o art. 8, da resolução. Eu não sei se tu sabes o que é
118 o art. 8? No caso, já foi pedido, aí eles vêm com a cópia de quem é a pessoa que depositou o
119 dinheiro. Então, eles fazem o pedido para o Fundo do repasse dessa verba, aí passa em Plenária. São
120 dois valores, é da CEPA – Comunidade Evangélica de Porto Alegre, o primeiro valor é de R\$
121 2.000,00 (Dois mil reais), com retenção de 5%. O segundo valor é de R\$ 5.513,00 (Cinco mil
122 quinhentos e treze reais), sem retenção. Os dois são a mesma coisa, art. 8 da resolução. A comissão
123 é favorável, estão com toda a prestação de contas em dia, a documentação está no edital, tudo
124 certinho. **Sra. Fernanda Kerbes:** Eu não entendi. **Sra. Presidente:** Toda a liberação de recursos
125 captado pela Resolução nº 100, estando em dia, necessariamente, nem precisaria ter vindo para a
126 Plenária, mas veio aqui o projeto da CEPA. **Sra. Eulina Antunes:** Eles têm essa verba, alguns foi
127 por DAD eletrônica, outros não. Então, pela manual é difícil, a gente tem que esperar que o doador
128 entre em contato com a instituição, para a instituição poder pegar uma cópia e vir ao Fundo pedir a
129 liberação. Então, às vezes, passam dois, três meses até conseguir juntar. O que aconteceu? Eles
130 trouxeram a cópia, o dinheiro está na conta. Então, eles estão pedindo só a liberação desses valores.
131 **Sra. Presidente:** Nós podemos votar junto os dois valores, é da mesma instituição, a única coisa
132 que divide é que um tem retenção e o outro não. Podemos votar junto e o Fundo divide. Então, e
133 processo de votação, quem concorda que sejam liberados os valores para a CEPA? Hoje eu estou
134 votando, porque a minha suplente não veio. Nove. Quem se abstém? Uma. Quem é contra? Então,
135 aprovado. **Sra. Eulina Antunes:** Centro de Reabilitação São João Batista, renovação, projeto de
136 manutenção, valor de R\$ 521.478,60 (Quinhentos e vinte um mil, quatrocentos e setenta e oito reais
137 e sessenta centavos). É isento, porque é um projeto de manutenção da instituição. **Sra. Maria**
138 **Leonice D. da Silva:** Manutenção como? É isso que eu estou querendo entender. **Sra. Elisabete**
139 **Bortoluzzi:** Quando fala em manutenção eu acho muito fechado. **Sra. Maria Leonice D. da Silva:**
140 É manutenção e capacitação, eu não consigo entender isso. **Sra. Eulina Antunes:** Eu posso dizer
141 pelo projeto que nós fizemos. A nossa instituição tem um projeto do jovem na inclusão da
142 informática, tem o projeto de obras e tem na manutenção dois projetos em geral, a manutenção dos
143 programas da instituição. Ali tu pões todo o custo da instituição: água, luz, telefone, comida; o
144 que tu consegues, não entra material permanente, não entra construção, é a manutenção geral da
145 instituição, aquilo que a gente vai pedir para o doador. Esse projeto de manutenção é isento, de
146 acordo com a Resolução nº 100, que é uma das coisas que nós queremos mudar também, mas não

147 vem ao caso agora. Terça-feira que vem vamos fazer um mutirão para tentar terminar essa
148 discussão. Então, em princípio, os projetos de manutenção, de acordo com a Resolução nº 100, é
149 isento e é manutenção: folha de pagamento, encargos sociais. Ele é a manutenção da instituição, é
150 manutenção dos programas que a instituição tem. **Sra. Maria Leonice D. da Silva:** Então, esses
151 projetos assim, quando vem manutenção, acho que tem que vir explicitado, assim como tu
152 explicaste, porque nem todos sabem. Outra coisa, fica muito vago, é manutenção, sim, e se eu
153 resolver que vou cantar parabéns toda semana? **Sra. Presidente:** Pintar parede é manutenção. **Sra.**
154 **Eveline Borges Streck:** Eu vou só defender, porque não vou votar, porque se trata da minha
155 instituição. O projeto já está aqui, porque é um projeto anterior que já existia, foi votado o ano
156 passado, não se captou tudo que queria-se captar, está-se renovando com a mesma verba que a gente
157 pediu o ano passado para manter todos os projetos que a instituição tem. **Sra. Maria Leonice D. da**
158 **Silva:** Eu acho que está tudo certo, só que eu não estava aqui no ano passado e não vi. Por isso que
159 eu estou perguntando e pedindo esclarecimento. **Sra. Elisabete Bortoluzzi:** Quando fala em
160 manutenção a primeira coisa que me vem é manutenção de prédio, obra. **Sra. Eulina Antunes:** É
161 manutenção dos projetos. **Sra. Liane Scalabrini:** Essa manutenção que tu estás falando vem
162 explicitado como obra. **Sra. Maria Leonice D. da Silva:** Aí é conservação. **Sra. Elisabete**
163 **Bortoluzzi:** É uma questão de entendimento. **Sra. Presidente:** Agora ficou esclarecida, Nice? **Sra.**
164 **Maria Leonice D. da Silva:** Não muito, mas não tem importância. **Sra. Presidente:** Podemos
165 colocar em votação? Antes de colocarmos em votação, eu acho que tudo isso, agra, na renovação da
166 resolução, porque parte do princípio que até para manutenção eu vejo que é importante ficar
167 retenção aqui. Então, é explicitar, escrever, assim como essa questão das Entidades que recebem o
168 recurso, quase o recurso todo que a gente tem no Fundo, depois vem competir com R\$ 2.000,00 (Dois
169 mil reais) no edital. A gente tem que explicitar que quem recebe, digamos de cem mil para cima, ou
170 cinquenta mil por mês aqui do Fundo, que não concorra. Isso também tem que ficar explicitado em
171 uma resolução nossa, para não ocorrer essas dúvidas. Quando fica a retenção é para ajudar também
172 nos editais. Podemos colocar em votação? **Sra. Eveline Borges Streck:** Sempre quem vem é a
173 Maria Eva, eu não sei, como é da instituição que eu represento, eu voto? **Sra. Elisabete Bortoluzzi:**
174 Pode se abster. **Sra. Presidente:** Então, em processo de votação, quem vota de acordo com o
175 projeto da São João Batista, de R\$ 521.478,60 (Quinhentos e vinte um mil, quatrocentos e setenta e
176 oito reais e sessenta centavos), por favor, levante a mão. É para manutenção e é isento. Nove. Quem
177 discorda do projeto levante a mão, por favor. Quem se abstém? Uma abstenção. Aprovado. **Sra.**
178 **Maria Leonice D. da Silva:** Isto aqui que tem na renovação da resolução do Educandário São João
179 Batista, não tem na do Santo Antônio, porque aqui tem todos os programas que a Entidade
180 desenvolve, com metodologia e profissionais. É isso que eu estou questionando, não basta a pessoa
181 vir aqui dizer que quer um dinheiro se tu não sabes o que é. Está muito vago, é manutenção e
182 capacitação. **Sra. Presidente:** Então, é um exemplo que tanto tu estás dando, que a São João Batista
183 tem tudo. **Sra. Maria Leonice D. da Silva:** Está aqui: as patologias atendidas, o público
184 beneficiário, a área clínica, escolar, administrativo e financeiro, a proposta metodológica, as rotinas,
185 o cronograma diário das atividades, a justificativa, porque precisa desse projeto de manutenção.
186 Aquele outro projeto tem quinhentos mil de pessoal, mas tu não tens nada, nada. Aqui não, aqui tu
187 sabes cada valor, sabe onde está indo. **Sra. Eulina Antunes:** Por isso eu fiz questão de mostrar para
188 ela o projeto que estava aqui conosco, mesmo sendo renovação a instituição mandou uma cópia do
189 projeto para não termos que ir até o Fundo procurar. Então, já mandou prontinho, é mais fácil. O
190 que a Comissão de Finanças faz é isso, cada cartinha que chega a gente vai até o Fundo, pede
191 esclarecimento pede para olhar os projetos todos e ver como está a prestação de contas. A
192 COPESUL agora. **Sra. Presidente:** Então, vamos lá. **Sra. Eulina Antunes:** Chegou ontem na
193 Executiva, nós pedimos, o Carlos ligou para a FASC e pediu documentos atualizados da
194 COPESUL, porque nós não tínhamos nada desde 2001. O que aconteceu? Nós pedimos os
195 documentos atualizados e pedimos a relação das casas. A FASC nos mandou três termos de

196 convênio, não mandou a relação e o que nós mais queríamos saber não era o termo de convênio que
197 a FASC tem com os abrigos, com as casas. Nós queríamos era o termo de convênio com a
198 COPEL, algum documento que dissesse a relação mantida entre a COPEL e FASC, via
199 Fundo. A grande maioria aqui das instituições tem convênio com a FASC também, aí seria pedir
200 que a partir de agora viesse, fosse manter o programa com a instituição. Então, nós queríamos esse
201 esclarecimento, que nós não tivemos, não ficou clara essa situação. Isto aqui que chegou, mas não
202 nos satisfaz, pedimos ajuda para o pastor, o pastor pegou todas as pastas antigas, não tem nada
203 escrito, mesmo sendo muito antigo, que naquela época não tinha resolução, mas daí para frente não
204 foi feito nada. Então, não tem nada que a gente possa dizer que existe um relacionamento, um
205 acordo, nada. Também pensamos o seguinte, nós não podemos estar prejudicando e nem perder,
206 porque a COPEL não quer saber dos tramites aqui do Conselho, como funciona, só que eles
207 estão doado, é um doador muito antigo. Pensamos em liberar essa verba com uma retenção de 30%,
208 que viria para a Plenária, até nós tornarmos isso escrito, para todos tomarem conhecimento. **Sra.**
209 **Presidente:** Eu acho que tem a fazer o termo, o contrato como a REFAP faz. É a empresa, a
210 Entidade e o Conselho. Quem assina pelo Conselho é a Presidente, uma pessoa da instituição, para
211 amarrar bem, até para ficar tranquilo para as pessoas que estiverem aqui o ano que vem. **Sra.**
212 **Eulina Antunes:** Isto aqui é muito vago, é um termo de contrato normal, não tem assinatura do
213 Fundo, não tem assinatura do CMDCA, não tem nada. **Sra. Presidente:** Qual é o valor? **Sra.**
214 **Eulina Antunes:** Se eu não me engano, é R\$ 1.300.000,00 (Um milhão e trezentos mil reais). **Sra.**
215 **Presidente:** E vem carimbado para a FASC? **Sra. Eulina Antunes:** Ele veio carimbado para a
216 FASC, para as Casas Lares. O que aconteceu? Como nós ficamos sabendo que tinha Casas Lares
217 que estavam fechadas, pedimos uma relação, aí vieram três o Pastorini disse que são quatro. **Sra.**
218 **Ana Carolina Svirski:** São quatro, a João Paulo está com duas casas, as outras, cada uma tem uma.
219 **Sra. Presidente:** E a listagem dessas casas, não veio nada? **Sra. Eulina Antunes:** Não veio nada,
220 nem com quantidade de atendimento, nada. Nós pedimos e veio só isto aqui, o que não foi
221 suficiente, até porque eu tenho o meu termo de convênio e conheço como funciona. Para nós não
222 teve documentação atualizada. **Sra. Ana Carolina Svirski:** Só deixa eu saber exatamente qual é a
223 necessidade para tentar trazer. **Sra. Presidente:** Então, a Caroline e o Gilberto ficam com o
224 compromisso de trazer isso. **Sra. Eulina Antunes:** São os documentos atualizados com a relação.
225 **Sra. Ana Carolina Svirski:** Relação do quê? **Sra. Eulina Antunes:** A relação das casas atendidas
226 com o número de atendimento, porque nós não temos isso. **Sra. Ana Carolina Svirski:** Com o
227 nome da criança? **Sra. Eulina Antunes:** Sim, nome, data de nascimento, é comum, como quando as
228 Entidades mandam para a FASC, cada prestação de contas. Tudo atualizado, foi pedido ontem isso,
229 o Carlos ligou e pediu. **Sra. Ana Carolina Svirski:** Eu entendi que precisa também de um termo de
230 convênio da COPEL? Isso não existe, isso tem ser feito. **Sra. Presidente:** Isso mesmo. **Sr.**
231 **Gilberto V. Hügel Lisboa:** Tinha sido feito um aditamento. **Sra. Eulina Antunes:** Não. Foi feito
232 um aditamento da FASC com as casas, não FASC e COPEL. **Sra. Presidente:** Se a FASC, por
233 exemplo, exige da ACM com a REFAP, quem assina é a ACM, REFAP e a Presidente do Conselho,
234 quantas parcelas vão repassar, quantas vezes no ano. Isso existe, como existe agora o projeto Pescar,
235 que a empresa já mandou o modelo, isso faz parte, vai ficando que ninguém faz, mas é legal fazer.
236 Quem assina também é a empresa, vai repassar para a Entidade que vai receber e o Conselho que se
237 compromete com aquilo. **Sra. Eulina Antunes:** Quanto tem para repassar? **Sra. Ana Carolina**
238 **Svirski:** São vinte e poucos meses, são R\$ 12.000,00 (Doze mil reais) mensais. **Sr. Gilberto V.**
239 **Hügel Lisboa:** Dá uns R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais), mais ou menos. **Sra. Maria**
240 **Leonice D. da Silva:** E como essa gente sobreviveu todos esse tempo? **Sr. Gilberto V. Hügel**
241 **Lisboa:** A FASC está tirando. **Sra. Ana Carolina Svirski:** A FASC paga, as Casas Lares recebem.
242 **Sra. Presidente:** Tem amarrar isso, porque ainda falta coisa para liberar. **Sra. Ana Carolina**
243 **Svirski:** Agora a demanda é outra, coisas que não existem. **Sra. Maria Leonice D. da Silva:** Não é

244 que hoje a demanda é outra. Eu lembro que em maio o Gilberto trouxe essa questão e naquela época
245 se encaminhou aqui na Plenária que se fizesse esse termo para resolver essa questão. Depois o Lino
246 colaborou dizendo como faz, faz assim, faz assado, isso tudo que foi dito, que já poderia ter sido
247 sanado em maio. Então, na verdade, a gente está votando, embora não tenha vindo a documentação
248 pedida, a lista atualizada das crianças é legal, porque do mesmo jeito que as Entidades da sociedade
249 civil o fazem, se é importante para a FASC é importante para nós, é importante para o doador, é
250 importante para todo mundo. E paralelo a isso pode caminhar esse encaminhamento para fazer essa
251 amarração COPELUL, Casa Lar e FUNCRIANÇA. Vai desonerar a FASC, vai parar de criar
252 problema para a FASC e todos ficamos felizes. **Sra. Presidente:** O Pastor chegou. Pastor, nós
253 precisamos saber, veio novamente para ser deliberado, mas precisamos ter o valor exatamente do
254 que tem no Fundo que é para a FASC das Casas Lares. Teria como nos informar agora? **Sr. Wilson**
255 **Pastorini:** Teria sim. Esse valor vem sendo mensalmente depositado de R\$ 12.500,00 (Doze mil e
256 quinhentos reais). Está parado desde 2006, são aproximadamente 2 anos, uns R\$ 250.000,00
257 (Duzentos e cinqüenta mil reais). **Sra. Presidente:** Então, nós podemos votar R\$ 250.000,00
258 (Duzentos e cinqüenta mil reais) com a retenção de 30%? **Sr. Gilberto V. Hügel Lisboa:** Não, sem
259 retenção. Isso aí é anterior, uma coisa que é anterior tu não podes mudar a regra do jogo agora. **Sra.**
260 **Presidente:** Gilberto, o anterior, na verdade, estaria parado 2006, que não existe nada, a resolução é
261 desde 2003. **Sra. Eulina Antunes:** Os Colegas da Comissão de Finanças, até expliquei, porque uma
262 coisa é conhecer e saber o que vem acontecendo desde 95. Agora, grande parte da Comissão de
263 Finanças, o pessoal que chegou agora, este ano, que não tem esse conhecimento, eu, a Elisa, hoje de
264 manhã o Pastorini veio e nós tentamos explicar tudo, só que nós não achamos documentos legais,
265 essa relação entre FASC, COPELUL e Fundo. **Sr. Gilberto V. Hügel Lisboa:** O dinheiro não é
266 para o serviço próprio da FASC, o dinheiro é para uma Casa Lar, não é para a FASC o dinheiro.
267 **Sra. Eulina Antunes:** Esse documento do relacionamento entre FASC, COPELUL e Fundo,
268 assinado pelos teus órgãos, ele existe atualizado? **Sr. Wilson Pastorini:** Eu já falei isso da outra vez
269 e vou falar de novo. O Conselho de Direitos para cada doador antes exigia um convênio do seu
270 doador e do seu beneficiário, mas isso estava criando um problema muito grande para as
271 instituições. O Conselho, por Plenária ou por resolução, houve por bem não fazer mais isso. Por
272 exemplo, exigir da CEPA, vou pegar a CEPA que está aqui, que ela tivesse um convênio com cada
273 um dos seus doadores. Até tem a cópia de um convênio aí que tem uma lista de quase 200 doadores
274 assinando que durante um ano iam destinar recurso para a instituição tal. Isso foi abolido pelo
275 Conselho, porque estava causando um engessamento do recurso, as pessoas ficavam irritadas cada
276 vez que iam doar. Por exemplo, chegava a COPELUL aqui, aí se dizia: “Tu queres doar para mim?
277 Tem que assinar um convênio dizendo que está doando para mim”. O que eles estavam dizendo?
278 “Eu não dôo mais!” Não só a COPELUL, como outras empresas também. O que se exigiu da
279 FASC? Um convênio entre ela e a instituição. A COPELUL dá R\$ 12.500,00 (Doze mil e
280 quinhentos reais) para a FASC e fiscaliza todas as Casas Lares da FASC, ela não sustenta quatro
281 com todo o valor, mas fiscaliza. Então, tem um processo, tem um termo de convênio que foi
282 assinado na época com a COPELUL, mas a FASC tem atualizado os seus convênios com as Casas
283 Lares. **Sra. Ana Carolina Svirski:** O que elas querem não é o nosso termo, é um documento que
284 certifique pelas três partes. **Sr. Wilson Pastorini:** Eu teria que me reportar a 1995, às resoluções
285 daquela época. **Sra. Ana Carolina Svirski:** E a questão da retenção de 30%. **Sra. Presidente:** Esse
286 é um acordo fito em 95, mas depois parou, já houve alteração nas resoluções. As coisas têm que
287 andar de acordo com as resoluções, não dá só porque é a FASC ficar 10 anos parada no tempo.
288 Outra coisa, as Casas Lares têm às vezes mantenedoras, a FASC faz o convênio e tem a
289 mantenedora, aí o correto seria passar para a mantenedora. **Sr. Wilson Pastorini:** Teve uma época
290 que nós passávamos recurso direto para as Casas Lares. No meu entendimento, como é a FASC a
291 administradora das Casas Lares, a gente passava todo o recurso para a FASC. Isso foi de 2001, 2002
292 para cá, porque dava muito trabalho, a gente passava o recurso aqui, a FASC que tomava a

293 prestação de contas, aí a auditoria vinha aqui pedir os convênios, ia lá para a FASC. **Sr. Gilberto V.**
294 **Hügel Lisboa:** Pode ser direto, só não quero prejudicar as Casas Lares tendo retenção. Não precisa
295 passar pela FASC, é melhor para a FASC que não passe, menos trabalho para nós. **Sra. Presidente:**
296 Eu acho que a Comissão de Políticas tem a dar um encaminhamento. **Sra. Maria Leonice D. da**
297 **Silva:** Quem tem o papel de fiscalizar é o Conselho Tutelar de toda e qualquer Entidade. Na
298 verdade, vocês dão assessoria técnica, acompanhamento e supervisão. **Sra. Ana Carolina Svirski:**
299 A prestação de contas também. **Sra. Maria Leonice D. da Silva:** Exatamente, tranquilo, mas não é
300 fiscalizar com essa característica. **Sr. Wilson Pastorini:** Também quem fiscaliza é o Conselho
301 Tutelar, nós como Município auditamos, o Tribunal de Contas vai atrase o Ministério Público
302 também. São quatro fiscais. **Sra. Presidente:** Então, é uma questão que também não pode entrar em
303 votação, a coisas não estão esclarecidas também. Não tem o valor total, não tem nem quais são as
304 casas, porque na época eu lembro que elas eram administradas pela FASC. Hoje nós não sabemos
305 nem quais são as casas. **Sra. Ana Carolina Svirski:** São duas casas do João Paulo, uma casa da
306 ADRA e uma casa da Aldeia. **Sr. Wilson Pastorini:** Leci, uma questão que é da minha íntima
307 convicção, toda instituição que recebe um certificado aqui no Conselho, quando ele vai pedir o
308 dinheiro diz que tem retenção. Neste caso o doador está botando dinheiro pensando na
309 integralidade, ele não foi informado da retenção. Então, se o Conselho for reter, eu sugiro que o
310 Conselho faça uma correspondência dizendo que vai reter esses 30% para a transparência. Nós
311 temos que fazer a coisa bem transparente, para lá adiante não chegar o ruído na COPEsul de que
312 estão tirando 30% e virem aqui dizer: “Vocês estão passando a mão no dinheiro”. **Sra. Presidente:**
313 Então, não vamos colocar em votação enquanto a coisa não ficar transparente, até ver a resolução,
314 porque tem que adequar pelo atual, porque em 95 a recém estavam implantando muitos programas.
315 A FASC implantou duas casas naquela época e mantinha, agora tem um leque de casas. Não é por
316 isso, Gilberto, este ano mesmo a gente deliberou para repassar dinheiro para o Fundo para implantar
317 Casas Lares do dinheiro do Fundo, não perguntando de onde veio. **Sr. Gilberto V. Hügel Lisboa:** É
318 que como é anterior à Resolução nº 100 nós não podemos mudar o jogo. **Sra. Presidente:** Até a
319 COPEsul tem que saber que hoje existem bem mais casas. **Sra. Ana Carolina Svirski:** A única
320 coisa é isso, fica mal, porque a COPEsul diz que está depositando e nós não estamos recebendo.
321 **Sr. Gilberto V. Hügel Lisboa:** Começou em 2006 a não haver o repasse do Fundo para nós. As
322 Casas Lares ligavam direto para a COPEsul, ela dizia que já tinha depositado, aí a FASC começou
323 a cobrir para não desassistir as Entidades, mas o dinheiro não veio para nós. **Sra. Ana Carolina**
324 **Svirski:** Esse dinheiro, como não foi liberado, a FASC está bancando. A COPEsul está sabendo já
325 que a gente não está conseguindo pegar esse dinheiro, isso acaba criando uma situação ruim. O que
326 está correndo é isso: que história é essa, por que não está sendo repassado o dinheiro? Eles disseram
327 que depositaram no Fundo, vai acabar eles não querendo mais depositar e com toda razão. A gente
328 tem que cuidar também o que fica passando para fora. **Sra. Eulina Antunes:** Leci, eu peço licença,
329 eu vou representar o Conselho no FUNDEB, tem uma reunião agora. **Sra. Presidente:** Já foram
330 apresentados todos da Comissão de Finanças? **Sra. Eulina Antunes:** Sim. **Sra. Presidente:** Então,
331 vamos trazer essa questão na semana que vem, depois que tivermos tudo esclarecido. **Sra. Ana**
332 **Carolina Svirski:** É que não ficou claro que o termo de convênio era FASC e COPEsul. Nós
333 entendemos que eram os termos de convênio com as Casas Lares, por isso que veio isso. **Sra.**
334 **Maria Leonice D. da Silva:** Eu só queria deixar registrado, eu pedi a questão da Ata nº 34 para a
335 gente fazer uma leitura, mas eu gostaria de pedir para a Presidência encaminhar uma reunião dos
336 nosso Conselheiros com o Fórum de Entidades, eu acho que estamos precisando ter uma reunião da
337 sociedade civil. A outra questão, eu queria que a gente desse uma lida nas nossas atas com todo o
338 carinho, para a gente se dar conta do que estamos dizendo uns sobre os outros. Como a ata é um
339 documento público a gente acaba tendo prejuízos, todo mundo tem prejuízo, não só a sociedade
340 civil como o próprio Governo. Então, queria deixar encaminhado, Presidente, quanto mais cedo
341 puder sentar para conversar com o Fórum e com a sociedade civil seria interessante. **Sra.**

342 **Presidente:** Tudo bem. A Nice também está-se retirando. **Sra. Maria Leonice D. da Silva:** A gente
343 precisa ir lá para a questão da educação infantil, já ia comunicar que estou-me retirando. E a questão
344 do Fundo também é interessante a gente estar conversando, ver porque não estão repassando o
345 recurso para a FASC da COPEL. Então, temos que conversar com a Junta Administrativa,
346 porque pelo o que nós encaminhamos no mês de abril, início de maio, a Junta tinha que nos dar o
347 retorno de dois em dois meses sobre os recursos que estavam entrando no Fundo, onde estavam
348 sendo aplicados e quais as Entidades beneficiadas. Isso é uma função da Junta, que até hoje, que eu
349 saiba, em momento algum, aconteceu isso. Então, seria interessante que a FASC fizesse eco junto à
350 Junta Administrativa. **Sr. Gilberto V. Hügel Lisboa:** A Junta, são funcionários da Prefeitura, eles
351 deliberam quando há algum problema, repasse de verba para as Entidades. A Ariadne pode até
352 explicar melhor. Então, eles deliberam um repasse para as Entidades, teria que se fazer um relatório
353 de quais Entidades estão recebendo, como vai a prestação de contas dessa verba que é repassada.
354 **Sra. Presidente:** Na verdade, o próprio Conselho tem que fazer relatório, prestação de contas, o
355 balanço social. É aquilo, nós fazemos milhares de coisas, deixamos as nossas Entidades para vir
356 para cá e não guarda tudo. É até interesse que repassem tudo de uma vez, para deixar tudo em dia.
357 **Sr. Gilberto V. Hügel Lisboa:** Seria interessante fazer uma coisa automática, todo fim de mês
358 imprime-se o relatório e passa aqui na Plenária. **Sra. Dalva Franco:** Como o Pastorini faz, ele tem
359 uma pasta. **Sr. Gilberto V. Hügel Lisboa:** Eu penso que o FUNCRIANÇA não é uma caixa-preta,
360 deveria não ser. **Sra. Presidente:** E não tem que ser, são funcionários públicos que estão ali, não é
361 nenhum Conselheiro da sociedade civil, nós estamos aqui para controlar. Então, a Comissão de
362 Políticas tem alguma coisa? **Sra. Fátima Regina Leite Cruz:** Sim. Presidente, hoje estou
363 representando Comissão de Políticas e Comissão de Reordenamento, tem um projeto de cada um.
364 Então, Comissão de Políticas, o projeto do CIEE, o Programa de Aprendizagem, que é inscrição de
365 programa, Aprendiz Legal, Programa de Aprendizagem, auxiliar de vendas, auxiliar administrativo,
366 em parceria com a Fundação Roberto Marinho. Então, vem pedir inscrição. Nós tivemos em
367 plenária uma apresentação da Haide Venzon, que contemplou com todo o conhecimento a questão
368 do Jovem Aprendiz. Foi passado pelas três comissões, porque ele já tinha sido apresentado e
369 ficaram algumas dúvidas se ele estaria de acordo, em função de concepção e todos os cuidados
370 quanto à criança e adolescente. Foi visto isso, os Conselheiros tiveram todo esse aprendizado
371 através da Haide. Passou pela Comissão de Finanças, junto com Políticas, apreciaram e são
372 favoráveis à inscrição do Programa Jovem Aprendiz, pois entende que a concepção de trabalho está
373 de acordo com a Resolução nº 06/2004, deste Conselho de Direitos da Criança e Adolescente. A
374 partir dessa colocação, se os Conselheiros quiserem mais algum informe posso estar explicando
375 mais alguma coisa. **Sra. Presidente:** A Entidade já se registrou? **Sr. Lino Morsh:** Não, é isso que
376 eles estão querendo. Para fazer o registro desse tipo de programa de aprendizagem já tem que
377 apresentar o plano de trabalho, porque a partir desse plano de trabalho pode registrar ou não. **Sra.**
378 **Presidente:** Então, é o registro do CIEE e do programa os dois juntos? **Sr. Lino Morsh:** Os dois
379 juntos. **Sra. Presidente:** Eles já tem o Programa Jovem Aprendiz? **Sr. Lino Morsh:** Não, eles não
380 têm. O Programa Aprendizagem só pode iniciar se tu tens o projeto pedagógico aprovado no
381 Conselho. **Sra. Presidente:** Eu não estou conseguindo entender. Por exemplo, a FASC tem registro
382 aqui, mas se ela vai abrir um programa, como agora o das casas e abrigos, eles pediram o registro
383 dos abrigos. O que eu estou perguntando é isso, o CIEE não foi aprovado o registro dele aqui ainda
384 aqui, não é? Aí tem que aprovar o registro do CIEE e aí o registro do programa. É isso que eu estou
385 perguntando. O registro é da Entidade CIEE e do programa? Nós não podemos registrar o programa
386 antes da Entidade. **Sra. Eveline Borges Streck:** Eu gostaria de um esclarecimento. O que o CIEE
387 faz é colocar a pessoa na empresa e ela cobra da empresa, que a empresa manda direto para o CIEE.
388 Ela tira o aluno e vai direto para o CIEE, eu sei porque o meu marido tem estagiário do CIEE. A do
389 CIEE nem é entregue para a pessoa, vai direto para lá. O que ele quer fazer agora? Ele quer dar um
390 curso para o Jovem Aprendiz? **Sra. Fátima Regina Leite Cruz:** É outro programa, é diferente do

391 que eles têm hoje. Não é estagiário. **Sra. Eveline Borges Streck:** Ele quer capacitar? **Sra. Fátima**
392 **Regina Leite Cruz:** Isso, é capacitação. **Sra. Ana Carolina Svirski:** O CIEE é um agencia de
393 empregos. **Sra. Presidente:** A Ana Carolina está questionando aqui, muito nós questionamos,
394 porque o CIEE, na verdade, funciona como agência de empregos, mas em São Paulo, em Santa
395 Catarina, em alguns Estados o CIEE já está dando qualificação profissional nesse sentido. Então, o
396 de Porto Alegre está tentando se qualificar, mas para empreendimento se qualificar e se adequar,
397 fazer esse tipo de trabalho, ele tem que estar registrado no Conselho, caso contrário não pode
398 funcionar. O que diz a lei? Que todo atendimento a crianças e adolescentes tem que estar registrado
399 no Conselho, até para sofrer a aprovação, para receber visitas, fiscalizações, o Ministério do
400 Trabalho acompanha isso aí. Só para lembrar, este ano, porque a gente reuniu esse grupo de estudo
401 sobre o Jovem Aprendiz? Porque o Ministério do Trabalho me convocou, não me convidou, e lá me
402 cobrou seriamente, porque os programas não estavam funcionando de acordo com a lei. Alguns nem
403 aqui estavam registrados. **Sra. Eveline Borges Streck:** Até porque o Programa Jovem Aprendiz
404 também tem que estar registrado no Conselho de Educação. **Sra. Presidente:** E no Ministério do
405 Trabalho. **Sra. Eveline Borges Streck:** Tem que ver se ele não contraria a legislação o próprio
406 programa que ele está apresentando, porque eu não sei se é em nível de ensino fundamental ou
407 médio. **Sra. Presidente:** Segundo a comissão, eles têm vindo seguido aqui. **Sr. Lino Morsh:** Só
408 para clarear um pouquinho, ele não é estagiário porque tem carteira assinada pela CLT, é até 2 anos.
409 Ele tem um período de formação, que seria a parte da capacitação no CIEE e uma outra parte na
410 empresa onde ele vai fazer atividades acompanhadas por um monitor, dentro da empresa, que é a
411 aprendizagem. Inclusive, um problema que a gente está tendo com a DRT, é que a DRT defende
412 aqui no Rio Grande do Sul de que o adolescente não deve ir para a empresa porque vai ser
413 explorado na empresa. O problema é que um adolescente que vai-se preparar para o trabalho, sem
414 fazer uma prática na empresa, ficando só na instituição, ele também não se prepara. Eu acho que
415 essa questão da exploração tem que ser trabalhada na empresa, para que a empresa comece a
416 entender essa questão da aprendizagem, não é mão-de-obra barata. Ele garante que tem que ter
417 carteira assinada, tem que ser o salário mínimo regional, carga-horária de 4 horas, dependendo, se é
418 segundo grau, à noite, no máximo 6 horas. Uma coisa que o CIEE não tinha é o público alvo,
419 porque pela nossa resolução a gente quer que atenda prioritariamente o adolescente de situação de
420 risco, baixa renda. Só que esse não é o público alvo do CIEE, isso foi uma discussão que o CIEE
421 teve aqui, mas diz aqui: “O adolescente deverá ter de 14 a 18 anos”; eles colocaram até 18 anos,
422 porque a Lei nº 10.097 abre para até 24 anos. Tudo bem, como é a nossa atribuição aqui até 18 anos.
423 “Provenientes de famílias cuja renda percapta seja de até meio salário mínimo, em situação de
424 vulnerabilidade”. Então, isso foi uma coisa que a gente discutiu com o CIEE, foi uma condição para
425 aprovar esse plano de trabalho. **Sra. Presidente:** Isso é em cima do Projeto Jovem Aprendiz, o
426 aprendizagem é outra coisa? **Sr. Lino Morsh:** Sim, é outra coisa. **Sra. Presidente:** está de acordo,
427 conforme as comissões. **Sr. Lino Morsh:** A proposta de trabalho deles é duas vezes por semana no
428 CIEE e três vezes por semana na empresa. É para ter a formação básica no CIEE e a vivência prática
429 nas empresas. **Sra. Presidente:** Podemos votar? Lino, é do projeto e do CIEE juntos? **Sr. Lino**
430 **Morsh:** Pela lei diz que para poder executar a Aprendizagem tem que ter o projeto aprovado, não
431 fala em registro. Então, eu acho que tem que acontecer as duas coisas. **Sra. Presidente:** Então, são
432 as duas coisas. **Sr. Lino Morsh:** Só que diferente de SASE, que a gente tem que estará tendendo
433 para poder registrar o programa, neste caso aqui só pode começar a desenvolver o programa se tiver
434 o projeto aprovado. Essa é a condição que já vem determinada pela lei, que tem que ter o projeto
435 aprovado pelo CMDCA. **Sra. Presidente:** Então, podemos encaminhar para a votação? Quem está
436 de acordo com o registro da Entidade CIEE e do projeto, podemos votar no conjunto, levante a mão,
437 por favor. **Dez. Sra. Lísia Renata Beck:** Presidente, eu tenho uma dúvida ainda, para a aprovação
438 do registro da instituição aqui está tudo ok, tudo legal? **Sra. Presidente:** Sim, está tudo ok. Ela está
439 participando do Fórum, ela veio aqui **Sr. Lino Morsh:** Eu acho que ela pode ter razão. Não sei se

440 tem tudo para registro. **Sr. Gilberto V. Hügel Lisboa:** Eles não estão pedindo registro. **Sr. Lino**
441 **Morsh:** É. O que está passando por nós é o plano de trabalho, o projeto. **Sra. Presidente:** Mas
442 foram visitar, que eu sei. **Sr. Lino Morsh:** Sim. **Sra. Presidente:** Na verdade, essa Entidade passou
443 praticamente um mês vindo todos os dias aqui. Então, por isso ela pediu, foi encaminhado, tivemos,
444 inclusive, palestra aqui na Plenária. **Sra. Elisabete Bortoluzzi:** Inclusive, hoje, nós atendemos uma
445 instituição, em conjunto com o Reordenamento, que não tinha o plano de trabalho, aí para poder
446 aprovar e dar o registro de programa já tem que ter o plano de trabalho. **Sra. Presidente:** Nós
447 estávamos em processo de votação, quando estamos em processo de votação não se abre para
448 debate. Então, foram dez votos favoráveis. Quem se abstém nesse sentido? Uma abstenção.
449 Contrários ao registro tem alguém? Não. Então, está aprovada. Mais outro, Fátima? **Sra. Fátima**
450 **Regina Leite Cruz:** A Conselheira ficou com dúvidas. **Sra. Presidente:** Nós já aprovamos, não se
451 abre mais para debates. **Sra. Eveline Borges Streck:** Eu fiquei na dúvida em saber se realmente
452 eles entraram com o pedido do registro, porque nós estamos aprovando duas coisas. **Sra. Liane**
453 **Scalabrini:** A comissão fez uma visita, estava tudo ok? **Sra. Fátima Regina Leite Cruz:** Na
454 verdade, a Conselheira Joice, pela Comissão de Reordenamento, foi quem acompanhou todo o
455 processo diretamente, pena que ela não esteja aqui neste momento. Com certeza, reitero as palavras
456 da Presidente, esgotou-se todo o acompanhamento junto a essa instituição, pena que a Plenária não
457 esteja essa pasta do Reordenamento, com o registro de todas essas informações. **Sra. Presidente:** A
458 Haide Venzon esteve aqui falando sobre a Resolução nº 06, foi criada uma pastinha para cada
459 Conselheiro olhar a resolução da questão da Aprendizagem, para saber bem sobre esse critério.
460 Depois veio o Rodrigo aqui fazer uma formação, que era com relação a OSCIP, que ficou claro que
461 pode ser registrada aqui. **Sra. Eveline Borges Streck:** O que ela apresentou aqui foi sobre o
462 programa. **Sra. Presidente:** Se tiver algum impedimento vai voltar depois. **Sra. Eveline Borges**
463 **Streck:** O que eu não tenho certeza é se está tudo aqui para registrar a Entidade. **Sra. Presidente:** O
464 programa está ok, a Entidade nós vamos ver depois. **Sr. Júlio Fontoura:** Há pouco tempo não se
465 vou a da FASC com a COPESUL porque não estava em esclarecido, agora a mesma coisa acontece.
466 Eu acho que nós não poderíamos ter votado, tem que deixar para a próxima Plenária também. **Sra.**
467 **Dalva Franco:** A Entidade já está inscrita, ela passou, acho que foi este ano ainda. Eu sei que a
468 Entidade participou de algumas reuniões com a Conselheira Elisa Souza e a Haide também, para
469 estar-se enquadrando mais ainda nas questões do Conselho. **Sra. Presidente:** Então, está ok.
470 Podemos ir adiante, Fátima? **Sra. Fátima Regina Leite Cruz:** Sim. Agora é a Comissão de
471 Reordenamento, é a Fundação Projeto Pescar. Foi entregue aqui, mas não tinha sido protocolado, aí
472 a Direção da Fundação foi recebida pela Executiva, adequou-se a tudo que foi pedido, apresentou
473 projeto. Então, o projeto é Ampliando o Conhecimento através da Informática, para potencializar a
474 inclusão Digital, facilitado o acesso ao mercado de trabalho aos jovens em situação de
475 vulnerabilidade social. Público alvo: jovens de 16 a 19 anos, de ambos os sexos, em situação de
476 vulnerabilidade social e orientadores da rede do Projeto Pescar. O objetivo geral é o aprimoramento
477 do conhecimento dos jovens participantes do Projeto Pescar, utilizando as ferramentas de pesquisa
478 através do acesso à Internet, assim como transmitir aprimoramento dos conteúdos desenvolvidos no
479 módulo comportamental do curso, por transmissão ao vivo da sede da Fundação do Projeto Pescar
480 para todas as unidades do Brasil via Internet. O objetivo específico é contemplar a oportunidade de
481 conhecimentos práticos de informática através da utilização dos equipamentos para a elaboração de
482 tarefas. A duração do projeto é de 12 meses, a contar de outubro de 2007. Com esse projeto serão
483 atendidos jovens matriculados, no mínimo, em 97 unidades da rede do Projeto Pescar no Brasil.
484 Está adequado, tem o cronograma de atividades, tem a planilha de custos. O valor total do projeto é
485 de R\$ 346.250,00 (Trezentos e quarenta e seis mil duzentos e cinquenta reais). Está sendo
486 apresentado porque foi para a Comissão de Reordenamento, porque surgiram dúvidas, porque ele
487 foi trazido para a Plenária, foi para a Executiva, veio para a Plenária, porque há um recurso que já
488 foi destinado e eles haviam entregue o projeto aqui no CMDCA, mas não havia sido protocolado

489 oficialmente. **Sra. Presidente:** Não entrou o dinheiro ainda? **Sra. Fátima Regina Leite Cruz:** Isso.
490 **Sra. Presidente:** Pela resolução são 10% de retenção e eles propõem 15%. Então, ficam os 10% ou
491 os 15%? Eu acho que fica de acordo com a resolução. Podemos votar o Projeto Pescar? **Sra. Liane**
492 **Scalabrini:** Antes de ir para a votação, Leci. Se na resolução está escrito que a retenção é de 10%,
493 por que a Comissão de Finanças resolveu captar 15%? **Sra. Presidente:** Não foi a Comissão de
494 Finanças, foi a própria Entidade que propôs isso. Então, fica de acordo com a resolução, os 10%.
495 Então, em processo de votação o Projeto Pescar, no valor de R\$ 346.250,00 (Trezentos e quarenta e
496 seis mil duzentos e cinquenta reais). Quem é a favor? Dez. alguém é contra? Alguém se abstém?
497 Um. Aprovado. Tem mais algum, Fátima? **Sra. Fátima Regina Leite Cruz:** Não. **3 – Informes.**
498 **Sra. Presidente:** Indicação de um representante do CMDCA para participar da Comissão de
499 Elaboração do Edital da Rede e Abrigagem da FASC. Quem se propõe a esse estilo de projeto?
500 Aqui é a correspondência que veio da FASC, porque vai ter a edição para a questão da abrigagem.
501 Então, nós temos que encaminhar um representante. Pode ler o ofício para mim. **Sra. Elisabete**
502 **Bortoluzzi:** “Porto Alegre, 09 de novembro de 2007. Sra. Presidente, ao cumprimentá-la
503 cordialmente, dirigimo-nos a Vossa Senhoria com o objetivo de solicitar a indicação a representante
504 desse Conselho para compor a Comissão de elaboração do edital para a seleção de Entidades para
505 conveniamento de educadores sociais e auxiliares de enfermagem para atuação na rede de
506 abrigagem de crianças e adolescentes da rede própria da FASC. Implantação e desenvolvimento do
507 Projeto Figueira. Sem mais para o momento aproveitamos a oportunidade para enviar cordiais
508 saudações”. **Sra. Presidente:** Qual o Conselheiro que se habilita a participar dessa comissão? É
509 uma comissão para contratar esses profissionais, na verdade, o Conselheiro não vai fazer entrevista
510 com a pessoa a ser contratada, vai selecionar a Entidade. **Sr. Júlio Fontoura:** Eu posso. **Sra.**
511 **Presidente:** Fátima, propõe-se a participar? **Sra. Fátima Regina Leite Cruz:** Pode ser. **Sra.**
512 **Presidente:** Então, a Fátima e o Júlio ficam com essa atribuição. **Sra. Elisabete Bortoluzzi:** Tem
513 que ver quando é para eles se apresentarem, porque aqui não menciona. **Sra. Dalva Franco:** Vai ser
514 enviada uma correspondência indicando o nome deles, passando o *e-mail* de vocês para eles
515 passarem as datas. **Sra. Presidente:** Nós temos que deliberar referente ao recurso, para fazer a
516 resolução, dos quatro Conselheiros que vão para Brasília em dezembro. Teve a Elisa, que desistiu, a
517 Nice e a Eulina se propõem a ir. Eu estou com alguns problemas e coloco à disposição, até para a
518 Eulina, porque a gente tem que dividir as representações para que no Conselho todos cresçam, não
519 sejam sempre os mesmos. Então, que seja a Nice e a Eulina para ir para Brasília, até porque elas
520 participaram da conferência, não dá para votar em Conselheiros que não participaram da
521 Conferência Estadual também. Então, em processo de votação, quem concorda com a Nice e a
522 Eulina para participarem da Conferência Nacional, por favor, levante a mão? Vamos votar também
523 a questão do recurso para poder liberar. **Sr. Gilberto V. Hügel Lisboa:** É só a sociedade civil. **Sra.**
524 **Dalva Franco:** São duas coisas: a sociedade civil está trocando os seus representantes, mas o
525 processo de votação é para diárias e passagens. **Sra. Presidente:** Então, e processo de votação.
526 Quem se abstém? Que é contra? Aprovado. Tem que fazer o levantamento dos custos, do vôo e das
527 diárias. **Sra. Dalva Franco:** Nós vamos ver se eles ficam no mesmo hotel que a delegação do Rio
528 Grande do Sul, de preferência no mesmo vôo. **Sra. Presidente:** Segunda-feira eu estive na reunião
529 dos Direitos Humanos, sobre aquela convocatória que veio do Secretário, da criação do Conselho
530 Gestor, referente à questão da violência e exploração sexual. Ficou combina, porque como tem o
531 GT, este Conselho tem o GT de trabalho que está estudando o plano, já fez um estudo. Na verdade,
532 este ano o Conselho priorizou esse tema e vem fazendo, de certa forma até fomentando, onde o
533 Município começou também a trabalhar mais a questão desse tema. Estava o DECA, Secretaria e
534 Ministério do Turismo, MP, que é um grupo de trabalho, porque a idéia é um Conselho Gestor, que
535 tenha a participação deste Conselho. Na primeira reunião eu fui, mas nós temos que irar um
536 Conselheiro para acompanhar permanentemente. Eu queria ver qual o Conselheiro que se propõe a
537 participar desse Conselho Gestor. Nós vamos operacionalizar muitas coisas que estão no nosso

538 plano municipal, que agora está para ser modificado, porque ele tinha a validade de 2003 a 2005,
539 mas muitas coisas do plano não tinham sido feitas de 2003 a 2005. Então, agora que se está fazendo.
540 E tem um recurso nos Direitos Humanos para fazer uma cartilha. Então, a tarefa da segunda-feira
541 que vem, às 14 horas, já é para ajudar a trabalhar essa cartilha, para aproveitar o recurso que tem e
542 já fazer uma cartilha desse tema. Quem pode participar pelo Conselho? Vai ser um grupo bem
543 interessante. É importante ser um Conselheiro da sociedade civil, um titular e um suplente. Quem
544 sabe a Fé e Alegria participa, até pelo fato de que um o Ação Rua. É uma reunião no sem só, não é
545 todas as segundas-feiras. **Sra. Lísia Renata Beck:** Pode ser. **Sr. Gilberto V. Hügel Lisboa:** Eu vi
546 uma matéria no Teledomingo que o Rio Grande do Sul é um dos maiores centros exportadores de
547 criança. **Sra. Presidente:** Aqui em Gravataí todo mundo sabe que tinha mais de 30 meninas para o
548 turismo sexual. Tem aqui em Porto Alegre, na região onde eu moro, as casinhas, que têm sido
549 denunciadas, “as casinhas de boneca”, que são os moteisinhos. É em toda a Cidade, não é mais
550 como antigamente, que era só na Farrapos, o Júlio mas falava lá da Zona Sul. Então, essas coisas
551 têm que se trabalhar muito articuladamente, por isso está junto nesse Conselho Gestor o MP para
552 ninguém “lavar as mãos” e cada um fazer a sua parte. No dia 23 vai ter uma atividade com 12
553 meninas, que é uma formatura, porque o Direitos Humanos trabalha com 12 meninas que estavam
554 na prostituição, elas vão receber o certificados dos cursos que fizeram. Então, isso é muito
555 importante, porque tem muitos meninos e meninas que estão nessa área. Então, a Fé e Alegria vai
556 participar desse Conselho Gestor. Era a Vladia que participava do nosso GT de trabalho, tem
557 audiência público no dia 27, não é, Fernanda? Eu gostaria que tu explicasses. **Sra. Fernanda**
558 **Kerbes:** A gente vem falando nas reuniões, agora com um material mais palpável, no dia 27 de
559 novembro, na Câmara de Vereadores, aí consta como audiência pública nessa tarja vermelha,
560 porque em todas as cidades que está sendo feito está sendo chamado de audiência pública sobre o
561 tema. Ele é integrante, Porto Alegre é a última cidade que está fazendo, no mês de dezembro é o
562 encerramento de toda a jornada estadual. Então, o título é Jornada Estadual. É o mapeamento da
563 situação da violência e exploração sexual no Rio Grande do Sul. É bem importante estarmos em
564 peso lá trabalhando no conteúdo da apresentação. Na parte de trás tem a programação. Então, tem
565 abertura, contextualizando o tema de jornadas passadas, contextualiza a trajetória de vários
566 municípios, depois rede local de serviços, o Pró-Jovem, os vários serviços que tem em Porto Alegre
567 e que trabalham com essa temática vão apresentar uma síntese dos seus dados. Depois a UFRGS vai
568 fazer uma análise dos questionários que os serviços preencheram, para saber o quanto a rede está
569 dando conta e quais lacunas existem. Então, vai-se tirar encaminhamentos com a intenção de
570 preparar para o ano que vem a jornada municipal. **Sra. Presidente:** Tem também o coquetel à tarde.
571 Os convites, como estava meio atrapalhado e como é GT de trabalho, tem a representação da
572 Câmara, tem a representação do Fórum, aí a gente pediu que através da Fernanda a Câmara
573 assumisse, porque lá é rápido, sai o material impresso ligeirinho, aí foi feito por lá. A Dalva
574 encaminhou aqui pelo Conselho a questão de orçamento, já passou para a Gerdau, mas foi só por
575 uma questão de pró-forma, porque a Gerdau já tinha escolhido a Entidade que ia fazer, mas como a
576 gente sabe que qualquer recurso que se faz publicamente tem que ter três orçamentos, aí as
577 Entidades mandaram para participarem, mas já tinha a Entidade escolhida. **Sra. Dalva Franco:** Na
578 verdade, a Eliziane me colocou, ela achou que nós estriamos indicando Entidades que já tinham
579 cadastro com eles. Então, eles optaram por essa que já tem cadastro e já faz eventos, que é a Casa
580 Marta Maria. **Sra. Presidente:** Não tem problema porque é uma Entidade social, registrada aqui.
581 Nós indicamos a casa de Nazaré e outras, o Campo da Tuca não quis fazer. **Sra. Dalva Franco:**
582 Quem apresentou foi a OSICON, Casa de Nazaré, Cooperativa Mãos Amigas e CPCA. **Sra.**
583 **Presidente:** Então, era isso. Esse é um evento que nós estamos puxando, nós criamos o GT de
584 trabalho, que todos os Conselheiros chamem os seus suplentes se não puderem estar presentes e que
585 ajudem a divulgar, porque isso é nosso. Então, nós temos que valorizar o que construímos. É muito
586 chato, e desculpem-me estar falando isso, mas um evento quando é promovido por nós e vão só

587 quatro, cinco Conselheiros. Nós temos muitos informes ainda. Tenho um informe muito importante,
588 que eu estou muito feliz, porque cobrei bastante aqui da Dalva, do pessoal da nossa Secretaria para
589 ver uns dados para mandar para Brasília, porque nós estávamos pedindo recurso, na verdade, era
590 uma emenda que era para ser para três Entidades de Porto Alegre. Na qualidade de Presidente deste
591 Conselho eu disse que nós não queríamos recursos carimbados, senão se tornaria muito difícil, não
592 era muito viável vir para três Entidades, entre elas a minha Entidade estaria incluída. Aí
593 conversamos, eu que a Luciane, em uma reunião semana passada, e entendemos que seria
594 importante vir para o Fundo priorizando SASE ou Trabalho com juventude, que são os trabalhos
595 que estão mais abertos, porque na área da educação infantil a gente sabe que está vindo bastante
596 recurso, existe um outro Conselho que está trabalhando o FUNDEB. Então, vai sair uma emenda,
597 está praticamente certa essa emenda, que é de R\$ 500.000,00 a R\$ 700.000,00 (Quinhentos mil reais
598 a setecentos mil reais) que vão entrar para o Fundo para nós propormos editais o ano que vem. Isso
599 já está praticamente certo. Então, é um bom recurso que vai vir para o Fundo, que vai ser aberto. É
600 isso, faz tempo que está como informe. Júlio, está com um informe, não é? **Sr. Júlio Fontoura:** Vai
601 acontecer do dia 20 a 23, em Porto Alegre, também em Viamão, a 12ª Assembléia Ordinária do
602 Fórum Nacional Colegiado dos Conselhos Tutelares do Brasil. Então, no dia 21 vai ter a presença
603 do Prefeito Fogaça, a Presidente da Câmara, Maria Celeste, o Carlos Simões vai estar apresentando
604 os programas de Porto Alegre, na Infância. Vai ter um representante e cada Estado discutindo o
605 futuro do Conselho Tutelar no Brasil, como está o Conselho, fazer um resgate de todos esses anos
606 de Conselho Tutelar, o que se avançou e o que se retrocedeu. Então, está convidando o
607 representante do nosso Conselho para fazer parte também no dia 21, às 11 horas, junto com o
608 Prefeito e a Presidente da Câmara, outras autoridades também vão estar presentes, como o
609 Secretário de Esportes, de Direitos Humanos, o Mauro da FASC. Então, estamos fazendo esse
610 encontro, que é de grande importância. **Sra. Presidente:** Mais algum informe? **Sra. Fernanda**
611 **Kerbes:** Semana passada foi lido um convite que seria com o Juiz Dalberto na Câmara, essa reunião
612 aconteceu no dia 08. Tinha o problema daquela menina acorrentada, foi tratado sobre dependência
613 química, porque está evidente que a Prefeitura gasta um dinheiro muito alto com o pagamento de
614 clínicas particulares e mesmo assim fica uma lacuna, tem aquele período ali, mas depois a criança
615 volta para a mesma situação. Então, é um recurso alto que está saindo e não tem solução, até foi
616 relato pelos técnicos *n* casos de quando eles voltam para a mesma condição. Então, temos que nos
617 debruçar em uma solução a longo prazo, porque talvez não saia tão caro como está sendo. Então, vai
618 ter uma audiência pública no dia 05 de dezembro, o convite está saindo, virá para o CMDCA em
619 breve. Então, só para todos se agendarem, dia 5 de dezembro é quarta-feira, ai ser na parte da
620 manhã, às 9h30min. É final de ano e ainda se conseguiu tempo para colocar o tema para debater.
621 **Sra. Ana Carolina Svirski:** Eu fiquei de ir, eu não recebi a informação de que havia trocado a data.
622 **Sra. Fernanda Kerbes:** O encaminhamento foi a audiência pública. **Sra. Presidente:** Referente a
623 esse tema, inclusive, teve uma deliberação dos quatro Conselhos de Porto Alegre, a questão das
624 comunidades terapêuticas, a FASC colocou recurso à disposição para criar esse atendimento, para
625 começar. Nós temos representantes do Conselho nesse grupo de trabalho, junto com o MP, mas
626 essas coisas são muito morosas. Isso foi em maio, às vezes a gente fica rude, cobrando, mas as
627 crianças não esperam, quem está lá na ponta sabe as dificuldades que se tem. **Sr. Gilberto V. Hügel**
628 **Lisboa:** Tem a questão da ANVISA também, não dá mais para fugir disso. **Sra. Presidente:** Tem
629 uma regra, não pode atender fora de Porto Alegre, mas se o atendimento dá certo, em Porto Alegre
630 não tem espaço para fazer, vamos ter que fazer fora. **Sr. Júlio Fontoura:** Essas questões
631 burocráticas criam prejuízo para muita criança e adolescente, porque são os pequenos detalhes
632 burocráticos. Hoje se em nível de Porto Alegre curativos na área, não se faz um tratamento
633 adequado de resgate. Nós estamos percebendo isso e pressionando os recursos, uma pressão de se
634 manifestar e tomar posição, porque não adianta mais fazer vistas grossas. **Sr. Gilberto V. Hügel**
635 **Lisboa:** A vida é o bem maior. **Sra. Presidente:** Nós temos que discutir a questão, se não temos um

636 local adequado temos que voltar a discutir. Quando se levanta a questão que dentro do Estatuto diz
637 que tem que ser dentro de Porto Alegre, mas se dentro de Porto Alegre nós não temos um espaço
638 que garanta espaço para criar e garantir atendimento, nós temos que abrir um pouquinho. **Sra.**
639 **Fernanda Kerbes:** Tem um problema, essa linha de pensamento, de sempre repassar recursos,
640 conveniar e repassar recursos, conveniar e repassar recursos, é justamente o que se está
641 evidenciando para convocar essa audiência, porque repassa o recurso, mas fica a lacuna. Já que o
642 problema é sério e vai continuar, porque o aumento da drogadição está evidente. Então, não é um
643 problema que vai se resolver em um ou dois anos, não, tem que ter a política permanente, tem que
644 ter a criação de serviços. **Sra. Dalva Franco:** O Hospital Espírita fechou duas ou três alas agora. **Sr.**
645 **Júlio Fontoura:** A prevenção tem que envolver a sociedade em geral, que a sociedade abrace
646 também esse problema. **Sra. Presidente:** Mas a sociedade vem abraçando, Júlio. Nós temos é que
647 criar um serviço. **Sr. Gilberto V. Hügel Lisboa:** Não tem muita coisa para essa questão da
648 drogadição. **Sr. Júlio Fontoura:** A sociedade abraça, mas poderia ser mais, porque a cada dia tem
649 mais ato infracional por quê? Por causa da droga. Então, é trabalhar na prevenção, é a motivação,
650 campanhas, ir às escolas, dar alternativas. É nas escolas, não só adolescentes, mas nas escolas, que é
651 onde acontece, porque a criança entra na adolescência já como usuário de droga. **Sra. Dalva**
652 **Franco:** E muitas vezes o professor resolve não se envolver para não sofrer uma agressão. Então,
653 que tivesse uma forma, ter como fazer denúncias, não se envolver e evitar que a criança não use
654 drogas. **Sr. Gilberto V. Hügel Lisboa:** E nós temos que pensar não só nas drogas ilícitas, mas o
655 álcool é a porta de entrada. **Sr. Júlio Fontoura:** Os postos de combustíveis vendem bebida à
656 vontade. **Sra. Fernanda Kerbes:** Não é uma campanha agora, nós temos que ter uma objetividade,
657 porque falta atendimento e esse problema está se agravando. Também temos que fazer campanha,
658 mas temos um problema real neste momento. **Sr. Gilberto V. Hügel Lisboa:** Até é um caso de
659 política pública, se for o caso de pagar a internação, o Governo já está fazendo a sua parte pagando
660 a internação. **Sra. Presidente:** É um debate longo, mas nós temos que fazer, porque se foi
661 deliberado, existe um grupo de trabalho, tudo, agora se volta com audiência ou e não acontecem as
662 coisas. Existe uma vontade, a Carolina me falou aqui que se é para internar em um Hospital
663 Espírita, em um lugar comprando vaga, o São Pedro, é um serviço maravilhoso, que eu conheci,
664 mas é o espaço que tem lá, mas quem acessa lá são as crianças, que já é consequência, eles fazem o
665 atendimento porque falta o atendimento da rede básica. Então, dia 5 temos audiência pública e
666 vamos retomar nesse sentido. Lino, tem informação? **Sr. Lino Morsh:** Sobre o GT de trabalho da
667 Aprendizagem, o grupo está trabalhando em conjunto com algumas Entidades. **Sra. Presidente:** Dia
668 24 está agendado. **Sr. Lino Morsh:** Sim. Tem algumas questões, a nossa resolução foi feita em
669 2004, em 2005 saiu um decreto do Ministério do Trabalho que tem algumas normativas em relação
670 à Lei nº 10.097, que não está contemplada pela nossa resolução, como o tempo que o adolescente
671 vai passar, a vivência na Aprendizagem, que tipo de ambiente ele vai encontrar na empresa. A gente
672 vai ter que fazer alguns documentos com relação a isso aí, o que nós entendemos enquanto
673 Conselho de Aprendizagem. Então, além desses planos de trabalho ter mais alguns elementos que
674 estão faltando na resolução. **Sra. Presidente:** Às vezes a resolução não contempla tudo, o
675 detalhamento do funcionamento é o plano de trabalho. O que se pode é adendar coisas, detalhar. **Sr.**
676 **Lino Morsh:** Se há coisas na lei que não contemplam tem que ter na resolução sobre a lei. **Sra.**
677 **Presidente:** Sim, aí tem que contemplar, houve quatro alterações na questão do Aprendizagem. **Sr.**
678 **Lino Morsh:** A nossa resolução é 2004, já foi baseada na Lei nº 10.097, mas em 2005 saiu o
679 decreto. **Sra. Presidente:** Mais alguma questão? Nós temos dois convites, é do Fórum Estadual da
680 Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, vai ser no dia 30 de novembro, às 8h30min, na Mauá.
681 Temos os representantes, não lembro quem são, mas é aberto a todos. O outro convite aberto a todos
682 os Conselheiros, é da creche coordenada pela amiga ali, fica na Ilhas, nós fixemos a
683 confraternização de fim de ano lá. Quem quiser aproveitar e conhecer as Ilhas. Encerraram os
684 informes. Vamos ler a Planilha agora. Gilberto, faz a leitura. **1 – Leitura da Planilha da Plenária**

685 **Anterior e Solicitação de Complementação de Ata. Sr. Gilberto V. Hügel Lisboa:** *(Leitura)*. Eu
686 quero colocar que na Ata nº 36 o meu nome não constava, não constava a minha presença. As
687 minhas falas estão registradas, só a minha presença que não. **Sra. Presidente:** Uma das coisas que
688 eu colocou é sobre a presença. Inclusive, da minha Entidade, a Iara, vínhamos nós duas, como eu
689 assino ela não assina, mas é importante que os suplentes também assinem, porque a gente faz o
690 controle da presença dos titulares e suplentes também. Então, é sempre importante que os dois
691 assinem. Alguém tem alguma ressalva a fazer quanto à ata? Então, em processo de votação, quem
692 está de acordo com a Planilha, por favor, levante a mão? Oito. Quem se abstém? Três abstenções.
693 Então, está aprovada e encerramos a nossa Plenária de acordo com o tempo determinado. Muito
694 obrigada!
695 *(Encerra-se a presente reunião às 16h15min)*